

13 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Câmara Municipal de Cascais

31-12-2011



Nota Introdutória

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2011 foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida no ponto 8.2 do POCAL e que consta na prestação individual como ponto 13. A numeração raiz corresponde, assim, ao ponto 13. Os pontos não referidos neste anexo não se aplicam ao Município de Cascais, ou respeitam a factos ou situações que não são materialmente relevantes.

13.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenha, sido derogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local.

Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que impeçam a leitura das Demonstrações Financeiras, traduzindo uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, Fundos Próprios, Passivo e Resultados.

13.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. No presente exercício não se verificaram mudanças de políticas contabilísticas nem de critérios valorimétricos com efeitos importantes nos mapas financeiros pelo que os valores deste exercício económico são diretamente comparáveis, em todos os seus aspetos significativos, com os do mesmo período do exercício anterior, com exceção das seguintes rubricas:

Na **conta 24343** - *Cálculo do IVA – Pró-rata*, o cálculo do IVA – Pró-rata em 2011 apurou um valor definitivo de 5%, tendo sido o valor provisório de 4% utilizado em 2011. Houve assim um acréscimo de 1% que influenciou favoravelmente o Resultado Líquido.

A **conta 2712** – *Impostos Diretos*, no 2.º semestre de 2011 deixou de ser integrada nos acréscimos de proveitos. Passou-se a liquidar os montantes em dívida referentes a impostos diretos, de acordo com os dados recebidos da autoridade tributária e aduaneira referentes a Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), Contribuição Autárquica (CA) e Imposto Único de Circulação (IUC).

O Município deixou de considerar as compras de material de economato como fornecimentos e serviços externos e passou a considerar estas aquisições como compras de materiais, adotando o Sistema de Inventário Permanente. No final do exercício económico, a **conta 363** – *Matérias-primas, Subsidiárias ou de Consumo – Materiais Diversos* apresenta o valor de € **64.567,51**.

Foi aprovado pelo órgão executivo e deliberativo a regularização da **conta 421** – *Terrenos*, no montante de € **713.061.521,37**, relativamente à correção do valor do terreno do Complexo Multisserviços do Município de Cascais, na Adroana. Em 2002, por lapso, este terreno foi inventariado por um valor muito superior na sequência de erro na digitação do valor de aquisição do bem.

Foi igualmente aprovada pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a retificação das amortizações acumuladas (**conta 48221** – *Amortizações Acumuladas - Edifícios*) relativas ao prédio “urbano destinado a habitação PER, Lote 29”, no montante de €**28.248.403,92**. Em 2003 os saldos iniciais deste imóvel foram regularizados em SCA (Sistema de Contabilidade Autárquica), mas as amortizações do exercício têm sido fornecidas pela DGEP através da aplicação SIC (Sistema Inventário e Cadastro), onde o bem estava sobreavaliado.

13.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões:

a) Imobilizado

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente aos Bens do Imobilizado Corpóreo, Incorpóreo e Bens do Domínio Público obedecem às disposições do POCAL e do CIBE e são os seguintes:

- a. Os bens do **ativo imobilizado** estão valorizados ao custo de aquisição;
- b. Os bens do ativo imobilizado adquiridos em 2011, de valor inferior a 80% do índice 100 da Tabela Salarial do Regime Geral da Função Pública, foram amortizados a 100% de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril;
- c. O **imobilizado em curso** está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos. Os autos de receção provisória de 2011 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respetivas contas de Imobilizações Corpóreas e Bens de Domínio Público;
- d. Os **investimentos financeiros** (partes de capital) estão registados ao custo de aquisição;
- e. As **amortizações** são calculadas com base no método das quotas constantes, a partir do ano em que os bens entram em funcionamento, utilizando as taxas máximas legalmente fixadas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, conforme o disposto no POCAL.

b) Existências

As existências foram determinadas a partir dos registos contabilísticos e registadas ao custo de aquisição.

c) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

*e) Provisões**Provisões Para Cobranças Duvidosas*

As Provisões Para Cobranças Duvidosas calculadas para o ano de 2011 tiveram por base as regras geralmente adotadas no POCAL e basearam-se numa análise dos montantes em dívida provenientes do Serviço de Execuções Fiscais e da Autoridade Tributária e Aduaneira. A metodologia de apuramento é a seguinte:

De 0 a 6 meses – 0%	€ 0,00
De 6 a 12 meses – 50%	€ 73.274,42
Mais de 12 meses – 100%	€ 6.623.915,75

O saldo final da conta de provisões para cobrança duvidosa é de € **6.697.190,17**.

Provisões Para Riscos e Encargos

As provisões constituídas para Processos Judiciais em Curso foram sujeitas às alterações evidenciadas na grelha apresentada abaixo.

Foram facultados à Divisão de Contabilidade e Gestão de Disponibilidades (DCGD) os mapas dos processos judiciais que se encontram em curso e com eventuais riscos à data de 31 de dezembro de 2011. Após análise dos mesmos pelo departamento responsável, chegou-se ao valor de € **5.033.436,84, conforme Anexo I**.

Foram então efetuados os seguintes lançamentos na conta 2921 – *Processos Judiciais em Curso*:

(em euros)

Descrição do Lançamento	Débito conta:	Crédito conta:	Valor
Valores de 2008 a anular	2921	7962	97.819,27
Reforço da Provisão	6723	2921	636.710,36

13.5 – Situações em que o resultado do exercício foi afetado:

a) Amortizações, do ativo imobilizado, superiores às adequadas:

(em euros)

Conta	Débito	Crédito	Saldo Credor
79.61 - Amortizações	0,00	3.026.944,99	3.026.944,99
TOTAL	0,00	3.026.944,99	3.026.944,99

O saldo da conta 79.61 – *Reduções de Amortizações e de Provisões/Amortizações* decompõem-se da seguinte forma:

- (i) Abates, no valor total de € 2.126.643,52;
- (ii) Alienações, no valor total de € 57.561,75;
- (iii) Sinistros, no valor total de € 256,82;
- (iv) Regularizações de amortizações acumuladas, no valor total de € 842.482,90.

b) Amortizações, do ativo imobilizado, inferiores às adequadas:

(em euros)

Conta	Débito	Crédito	Saldo Devedor
69.61 - Amortizações	5.418.841,44	0,00	5.418.841,44
TOTAL	5.418.841,44	0,00	5.418.841,44

O saldo da conta 69.61 – *Aumentos de Amortizações e de Provisões/Amortizações* decompõe-se da seguinte forma:

- (i) Regularizações de Amortizações Acumuladas, no valor total de € **5.418.841,44**.

Os movimentos ocorridos nestas contas resultam do processamento contabilístico de informação proveniente da Divisão de Gestão Patrimonial (DGEP).

c) Provisões para cobranças duvidosas superiores às adequadas:

(em euros)

Conta	Débito	Crédito	Saldo Credor
79.62 - Provisões	44,13	172.255,32	172.211,19
TOTAL	44,13	172.255,32	172.211,19

A redução das provisões para cobranças duvidosas superiores às adequadas resulta da análise e do apuramento contabilístico, executadas de acordo as regras explicitadas na alínea e) do ponto 13.3.

13.6 – Comentário às contas 43.1 “Despesas de Instalação” e 43.2 “Despesas de Investigação e de Desenvolvimento”

De acordo com o POCAL “esta conta engloba as despesas associadas com a investigação original e planeada, com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, bem como as que resultem da aplicação tecnológica das descobertas, anteriores à fase de produção”.

Os projetos com maior relevância registados durante o exercício económico de 2011 foram:

1. Reabilitação do Auditório Fernando Lopes Graça	€ 46.388,00
2. Escola do 1º CEB de Matos Cheirinhos (S. D. Rana)	€ 36.515,60
3. Programa Base e Estudo Prévio de Arquitetura e Paisagismos	€ 30.627,00
4. Escola do 1º CEB de Monte Estoril (Piemonte)	€ 29.212,48
5. Escola do 1º CEB de S. Pedro do Estoril	€23.179,89

Verificam-se, no entanto, algumas situações que, por falta de informação adequada ou dúvidas aquando da análise dos documentos, não estão a ser relevadas nesta conta pelo que, para refletir de forma verdadeira e apropriada os factos contabilísticos em curso no Município, estas situações serão avaliadas pontualmente e caso a caso durante o decorrer do presente ano, e alvo de correção sempre que se verificar essa necessidade.

13.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes no balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os mapas do “Ativo Bruto” e das “Amortizações e Provisões”.

Anexo II – Ativo Bruto (Imobilizado bruto)

No que concerne à conta *41.1 – Partes de Capital*, a mesma sofreu um decréscimo de € **549.550,00**, resultante da alienação das participações financeiras das empresas Lemo, E.I.M., Município, S.A. e Tagus Parque, S.A., e da liquidação da empresa Portugal Vela 2007, S.A.

Apesar da transferência no valor de € **476.001,27** para cobertura de prejuízos das Empresas Municipais e Intermunicipais, estes valores foram registados como custos do exercício, uma vez que a conta 41 – *Investimentos Financeiros* se encontra valorizada ao custo de aquisição e não se aplica o Método da Equivalência Patrimonial.

Anexo III – Amortizações e Provisões

Apesar dos trabalhos de reconciliação do património municipal entre a DGEP e DCGD, existem ainda alguns bens imóveis que continuam a ser amortizados em SIC a taxas superiores às previstas no CIBE, influenciando os valores em SCA.

Continuam em curso os trabalhos em equipa, entre a DCGD e a DGEP, para que na próxima Prestação Intercalar se possam ter já valores “residuais” das Amortizações que deverão ser alvo de regularização e, assim, tornar a base do Imobilizado e dos Bens de Domínio Público do Município mais fiável.

13.8 – A informação desagregada para cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, encontram-se nos seguintes anexos:

Anexo IV – Mapa Síntese de Bens por Conta;

Anexo V - Mapa Síntese Detalhado: Viaturas, Edifícios e Outras Construções;

Anexo VI - Bens Abatidos ao Inventário, no exercício, devidamente justificados.

13.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados no período.

No exercício económico de 2011 não foram contraídos quaisquer empréstimos destinados a financiar a construção de imóveis.

13.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado.

No exercício económico de 2011, não houve reavaliações do imobilizado.

13.12 – O valor global das imobilizações corpóreas e em curso, por conta, em poder de terceiros, são referidos no Anexo VII – Imobilizações em Poder de Terceiros: Bens em Direito de Superfície e Comodato.

13.14 – Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Os bens do imobilizado que não se encontram valorizados, encontram-se listados no Anexo VIII, acompanhados da informação a fundamentar a impossibilidade da sua valorização.

13.15 – Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Os bens de domínio público que não são objeto de amortização estão identificados no Anexo IX, com indicação das respetivas razões, através de informação fundamentada.

13.16 – Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades.

Estas informações vêm referidas no Anexo X. Durante o exercício económico de 2011, foram alienadas as participações financeiras das empresas Lemo, E.I.M., Município, S.A. e Tagus Parque, S.A., bem como foi liquidada a empresa Portugal Vela 2007, S.A.

13.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

O valor global das contas de cobrança duvidosa, nas rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço perfaz um valor de € **6.697.190,17**.

13.26 – A descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Apresenta-se no **Anexo XI** – Contas de Ordem.

13.27 – Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

A apresentação e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício económico de 2011 na conta de provisões são as que constam no quadro seguinte:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
29.11 - Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
29.12 - Contribuintes c/c	1.262.641,88	5.326.371,27	73.168,80	6.515.844,35
29.13 - Utentes c/c	117.388,37	64.446,68	489,23	181.345,82
29.14 - Outros Devedores	181.972,89	655,48	778,02	181.850,35
29.2 – Para riscos e encargos	4.555.188,22	636.710,36	97.819,27	5.094.079,31
Total	6.117.191,36	6.028.183,79	172.255,32	11.973.119,83

13.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “Fundo Patrimonial”, constantes no balanço.

Os movimentos ocorridos em 2011, nas rubricas de fundo patrimonial e constantes no balanço, são apresentados no quadro seguinte:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
51.1 – Património – Bal. Inicial – SI 2002	8.143.532,18	0,00	0,00	8.143.532,18
51.2 – Património – Reg. Bal. Inicial	837.367.500,46	50.068.865,51	720.428.009,49	167.008.356,48
51.3 – Património Adquirido	0,00	76.429.248,02	25.579.632,19	50.849.615,83
57.1 – Reservas Legais	3.088.245,54	642.794,17	0,00	3.731.039,71
57.5 – Subsídios	1.409.177,50	0,00	0,00	1.409.177,50
57.6 – Doações	32.021.235,27	6.882.289,17	71.980,00	38.831.544,44
59.1 – Resultados Transitados	38.636.526,71	38.435.515,48	77.072.042,19	0,00
59.2 – Regularizações	24.228.952,56	29.989.024,43	3.280.950,84	50.937.026,15
88 – Resultado Líquido Exercício	12.855.883,29	10.108.527,25	12.855.883,29	10.108.527,25
TOTAL	957.751.053,51	212.556.264,03	839.288.498,00	331.018.819,54

Conta 51.2

As correções prendem-se com as seguintes situações:

(em euros)

Conta	MP, Subsidiárias e Consumo		Imobilizações Corpóreas		Bens de Domínio Público	
	reforços	diminuições	reforços	diminuições	reforços	diminuições
SI 2002			45.982.972,60	720.381.557,24	2.143.490,42	44.719,50
2002			1.376.024,00			
2003			13.755,07			
2005			163.647,00	1.730,74		
2006			124.839,00			
2009			96.650,00			
SI 2011	160.993,40					
2011			6.494,02	2,01		

Conta 57.1

Constituíram-se em 2011 Reservas Legais referentes a 5% do Resultado Líquido do Exercício de 2010 no valor de € **642.794,17**.

Conta 57.5

Não existiram movimentos nesta conta durante 2011.

Conta 57.6 – Doações

Esta informação é gerida e fornecida pela DGEP. Em 2011 o Município regularizou esta conta tendo considerado no presente ano o montante global de € **6.810.309,17** de doações.

Conta 59.1 – Resultados Transitados por Exercício

Por deliberação camarária de 21.11.2011, o saldo desta conta, no valor total de € 50.849.615,83, foi transferido para a conta 51.3 – *Património Adquirido*.

Conta 59.2 – Regularizações

Nesta conta registam-se as regularizações “...*não frequentes e de grande significado que devam afetar, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.*” No exercício de 2011, foi movimentada a crédito pela regularização efetuada às contas:

- 48221– *Amortizações Acumuladas: Edifícios*, no valor de € **28.248.403,92**. Com a correção do valor do terreno do Complexo Multiserviços do Município de Cascais, para menos € 713.061.521,37 na conta 421 – *Terrenos e Recursos Naturais*, houve necessidade de se regularizar as amortizações acumuladas em excesso.
- 445 – *Imobilizações em Curso: Bens de Domínio Público*, no valor de € 1.700.045,80, pela transferência dos valores de 2010 do Contrato-Programa 2190900062 da ESUC (atual Cascais Próxima).

De igual modo, foi debitada pela regularização efetuada às contas:

- 411316 – *Partes de Capital – Portugal Vela 2007, S.A.*, no valor de € 125.000,00, na sequência da liquidação da empresa.

- 48221 - *Amortizações Acumuladas: Edifícios*, no valor de € 2.043.630,93, para reflexo das amortizações acumuladas do Centro de Congressos do Estoril, inventariado no corrente ano pela DGEP.
- 4853 – *Amortizações Acumuladas: Outras Construções e Infraestrutura*, no valor de € 1.071.745,20, referente às amortizações acumuladas da Av. de Alcabideche/Av. Alcoitão - Via Longitudinal Norte, inventariado no corrente exercício pela DGEP.

Dado tratar-se de regularizações de grande significado e impacto no património, estes valores foram relevados na conta 59.2 - *Regularizações*.

13.29 – A demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

A informação encontra-se no **Anexo XII**.

13.31 – A demonstração de resultados financeiros

Este mapa encontra-se no **Anexo XIII**.

13.32 – A demonstração de resultados extraordinários

Este mapa encontra-se no **Anexo XIV**.

ANÁLISES COMPLEMENTARES

23 – Empréstimos Obtidos

No final do ano de 2011 verifica-se que, de acordo com a informação obtida da DPLO, eram detidos no final do ano pelo Município 36 empréstimos de médio e longo prazo repartidos da seguinte forma:

Finalidade do Empréstimo	Contratualizado	Em Dívida	% Dívida
Habitação Social	2.816.477,28	1.207.248,49	43%
PER	19.698.008,79	13.195.896,66	67%
Obras Diversas	41.648.299,71	22.818.907,68	55%
TOTAL	64.162.785,78	37.222.052,83	58%

Da análise do mapa 8.3.6.1 - Empréstimos, conclui-se que a maioria do empréstimo contratualizado é referente a obras diversas 61,3%, seguido da parte respeitante ao PER com 35,5%. Apresenta-se o mapa exemplificativo da análise referida:



As obras diversas encontram-se repartidas por:

Obras Diversas	Contratualizado	Em Dívida	% Dívida
Div. Obras / Proj. Invest.	4.987.978,97	218.286,00	4%
Div. Projetos	2.723.746,74	1.400.408,27	51%
Div. Obras e Projetos	24.200.000,00	13.264.577,63	55%
Relocal. Feira / Cascais	236.574,00	186.014,40	79%
Loja Cidadão	9.500.000,00	7.749.621,38	82%
TOTAL	41.648.299,71	22.818.907,68	55%

27.1 – Acréscimos de Proveitos

Em análise à conta **27.1 – Acréscimos de Proveitos**, a 31.12.2011, verifica-se que apresenta os seguintes valores:

Conta	Designação	Valor	%
2711	Juros a Receber	123.133,65	2%
2719	Outros Acréscimos	4.837.807,52	98%
Totais		€ 4.960.941,17	100%

Proveitos

Relativamente ao ano de 2011, e comparativamente com períodos anteriores homólogos, a receita apresenta os seguintes valores:

Designação	Ano de 2010	Ano de 2011
Impostos Diretos	94.047.920,05	82.114.848,13
IMI	42.229.295,27	45.561.839,34
IUC	4.357.526,05	4.438.486,16
IMT	42.270.366,03	31.888.086,93
Derrama	4.412.883,03	-
Impostos Abolidos	777.849,67	226.435,70
Impostos Diretos Anos Anteriores		6.013.240,14
Impostos Indiretos	7.329.789,47	7.423.944,94
Taxas	4.407.255,50	3.684.070,79
Transf./Sub. Obtidos	31.602.142,99	31.130.594,33
Outros Proveitos	31.074.113,36	28.223.153,89
Total	168.761.221,37	152.576.612,08

Os Proveitos referentes ao ano de 2011, continuam a evidenciar que a maioria das verbas apresentadas, cerca de 54%, é referente a Impostos Diretos. Uma tendência que se verificou também em 2010 (57%). Salienta-se o facto de o IMT ter diminuído em 2011 aproximadamente 25% face ao ano de 2010, sendo esta a ocorrência mais relevante.

